

Greve Geral tem adesão e apoio histórico e vai ultrapassar número de 35 milhões de 1989

Objetivo agora é reverter votação da Reforma Trabalhista no Senado e retirar a proposta do fim da aposentadoria na Câmara



As imagens das ruas do #BrasilEmGreve mostraram a vitoriosa #GreveGeral deste dia 28.

Segundo dirigentes da CUT Nacional, foi a maior greve dos últimos 100 anos e agora o objetivo é rever os votos dos senadores com a Reforma Trabalhista que já passou na Câmara e retirar da pauta dos deputados a Reforma da Previdência nos próximos dias.

Na tarde do dia 26, dia da Greve Geral, a Revista Veja abriu uma enquete em seu site com a seguinte pergunta: “você concorda com a greve geral desta sexta-feira?” Até às 16h do dia 28, 755.260 mil (96%) pessoas se disseram favoráveis a paralisação. Outras 28.716 mil (3,66%) se mostraram contrárias. Coincidentemente, o percentual de pessoas contra a greve são exatamente o mesmo percentual de aprovação do governo Temer (4%), conforme a pesquisa realizada pela consultoria Ipsos e publicada na BBC Brasil.

Essa é a maior greve trabalhista já realizada no país e foi comparada ao movimento de 1989, quando 35 milhões de trabalhadores paralisaram os trabalhos. “Ainda não há estimativa, mas a Central vai ultrapassar esse número”, disse o presidente Nacional da CUT, Vagner Freitas para o Congresso em Foco.

Todas as categorias e todos os Estados participaram da Greve Geral e de atos contra as Reformas de Temer e seus aliados.

“A população apoiou a greve, a população fez greve! Nós ganhamos a opinião na disputa política. Agora tem que ganhar o que? Os votos dos caras congressistas. Quer se reeleger em 2018? Não vote

com as reformas de Temer!”, disse Freitas. “Agora o Senado vai ter oportunidade de legislar com a opinião pública”, completa.

A Reforma Trabalhista foi aprovada por 296 votos a 177 e foi agora pro Senado. A proposta de rasgar a CLT pode ser recebida de forma diferente pelos senadores. Para Vagner Freitas, a Greve Geral dá condição de reverter à situação.

“É mentira que a Reforma Trabalhista vai gerar emprego. É mentira que a Previdência está quebrada. É uma greve extremamente pacífica com apoio da população brasileira, sinal de que o povo entendeu que as duas reformas, tanto da Previdência quanto da trabalhista, são desastrosas para o país”, afirmou o Secretário Geral da CUT Nacional, Sérgio Nobre.

Sérgio disse que o que tem que fazer agora é continuar a mobilização. “Nós marcamos um gol, mas o mais importante é lutar até que as reformas sejam retiradas “e é por isso que a população tem que continuar organizada e seguindo orientações dos movimentos sociais e das centrais sindicais e eu tenho certeza que a população brasileira vai derrotar essas reformas”.

Os sindicalistas fazem questão de frisar que o grande ganho da Greve Geral foi a consciência da sociedade.

“A sociedade hoje decretou que é contra as reformas do Temer. Que é contra o governo Temer. Governo Temer que já estava capengando, hoje é sepultado. Ele tem 5% de credibilidade com a greve geral do jeito que ela foi colocada, diminui ainda hoje!”, finalizou o presidente da CUT.



02/05/2017 - Insituto Telecom

Nossa Opinião - O fantástico mundo de Temer

Há termos que, repetidos à exaustão, parecem verdadeiros. Modernização, harmonia, trabalho, por exemplo, são massificados pela “grande mídia” como se fosse, uma combinação perfeita num mundo bom para todos.

Nada mais falso.

No dia 28 de abril ocorreu a maior greve geral já realizada no país. Mas, no noticiário da mídia, a greve virou sinônimo de violência, de ação de sindicalistas interessados em defender o imposto sindical e outras invenções mirabolantes de uma mídia manipuladora e reacionária.

Isso coloca em evidência o fato de que o setor das (tele)comunicações é estratégico na luta tanto para garantir direitos como para aprofundar a democracia. E, portanto, não pode ficar relegado a um papel secundário como, infelizmente, ocorreu nos doze anos de governos democráticos.

No dia da greve geral ocorreu, também, a assembleia de acionistas da Oi. As contas da empresa, com um prejuízo de cerca de R\$ 7 bilhões, foram aprovadas. E ainda foram alocados mais R\$ 45 milhões para serem distribuídos à diretoria incompetente e incapaz. Elegeram para o Conselho de Administração, entre outros, os senhores Hélio Costa e Nelson Tanure. É muita bandalheira.

Ao mesmo tempo, continuam sendo encaminhados todos os procedimentos para a entrega de R\$ 100 bilhões, em bens públicos, às três

irmãs – Oi, Claro e Vivo. O único satélite brasileiro, cujo lançamento já foi adiado duas vezes, será mais um presente do governo golpista ao capital. Mais de 80% da capacidade satelital estão comprometidos com interesses opostos à universalização da banda larga.

E, nesse caso, tudo se combina. O setor de telecomunicações foi um dos que mais apoiou, e ainda apoia, o golpe. Com um alto nível de terceirização, utiliza o mesmo discurso do governo golpista na defesa da “modernização” das relações de trabalho e da ampla desregulamentação do mercado. Afirmam que, dessa forma, vão conseguir realizar mais investimentos e criar mais postos de trabalho. É verdade? Lógico que não.

Não temos dúvida de que tipo de sociedade as forças dirigentes capitalistas conservadoras estão querendo criar no Brasil. Menos sindicatos, menos direitos, exploração máxima. Impor um modelo no qual o capital não tenha nenhuma obrigação, desregulamentação exacerbada em todos os níveis.

Por tudo isso, temos que continuar resistindo e lutando pela redemocratização do país e das (tele)comunicações. Se o Fantástico Mundo de Bobby é apenas um desenho que idealiza um mundo perfeito, no fantástico mundo de Temer há a destruição de todas as aspirações de uma sociedade realmente democrática. Portanto, tem que ser derrotado. A fantasia mentirosa tem que dar lugar a um país real.

Instituto Telecom, Terça-feira, 2 de maio de 2017

02/05/2017 - Insituto Telecom

Governo quer mudar LGT para eventual intervenção na Oi

O governo decidiu adotar duas abordagens sobre como lidar com a crise da Oi. Além da já esperada Medida Provisória que amplia o universo de multas que podem ser transformadas em acordos de investimento, um projeto de lei fará mudanças na Lei Geral de Telecomunicações para pacificar a possibilidade de intervenção para além das concessões de telefonia e mesmo em empresas que estão sob recuperação judicial.

“A decisão de fazer um projeto de lei foi para evitar qualquer conflito com relação à disposição constitucional que determina que a LGT só pode ser alterada por outra lei. Com isso, foi preferível adotar essa condição de forma a evitar alguma ameaça de alguma inconstitucionalidade”, explicou o presidente da Anatel, Juarez Quadros. “Para uma intervenção é preferível que a lei seja antes aprovada”, emendou.

O tempo para isso é impossível de dizer. A minuta desse projeto de lei foi encaminhada nesta quinta, 27/04, pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a Casa Civil. Mas é o Parlamento, que tem pela frente a tentativa de votar uma reforma da Previdência, quem vai mesmo ditar o ritmo, ainda que a intenção do governo seja pedir imediatamente urgência na tramitação.

Medida Provisória

Já a Medida Provisória, também com minuta que seguiu nesta quinta-feira para a Casa Civil, tem vigência imediata à sua publicação

e trata de um aspecto importante nas negociações das dívidas da Oi com a União: como antecipado pela Convergência Digital, ela permite que as multas sobre as quais não cabem mais recurso também sejam incluídas em termos de ajustamento de conduta com a Anatel. Ou, se assim preferir o devedor, parcelar o pagamento em até 10 anos – e não nos cinco como atualmente previsto na legislação.

O projeto de lei altera dois artigos e insere outros quatro na Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97). Eles permitem a intervenção nas concessões, mas também permissões e autorizações, e mesmo que a empresa em questão esteja já submetida a processo de recuperação judicial. Disciplinam atividades do interventor e criam medidas de emergência, como a permissão de a agência dispor, diretamente ou por terceiros, dos equipamentos e redes no caso da necessidade de manter a prestação dos serviços.

No caso da MP, são quatro artigos, que tratam das condições e procedimentos para que uma empresa de telecomunicações, caso em situação de fragilidade econômica financeira que coloque em risco a prestação dos serviços, possa apresentar uma proposta para a negociação das multas aplicadas pela Anatel – e o mais importante, tanto aquelas que ainda estão sob a competência da agência como aquelas já em execução pela AGU.

Leia mais em: <http://migre.me/wy4dS>



02/05/2017 - Insituto Telecom

Abert manifesta ao Cade oposição à compra da Time Warner pela AT&T

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) divulgou nota nesta quinta-feira, 27, apontando a afronta à Lei do SeAC (12.485/11) na aquisição da Time Warner pela AT&T. A operação já está em exame no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mas há uma preocupação dos radiodifusores sobre os argumentos apresentados pela gigante norte-americana, como o de que não tem sede no Brasil e de que a questão não é econômica, que podem influenciar no julgamento.

A AT&T é controladora da Sky e pela lei do SeAC, que estabelece as regras para o mercado de TV por assinatura no País, quem produz e programa conteúdo (caso do grupo Time Warner), inclusive por radiodifusão, não pode atuar na sua distribuição, e vice-versa. A AT&T e a Time Warner argumentam que a atuação como programadora não se dá no Brasil. "Em função dessa legislação, a Globo, que controla a Globosat, foi obrigada a sair da Net", lembra o diretor-geral da Abert, Luiz Roberto Antonik.

De acordo com a Abert, com a vedação imposta na lei, comportamentos discriminatórios e excludentes típicos de estruturas verticalizadas são evitados, garantindo a desvinculação entre os segmentos, em favor da preservação da livre concorrência entre seus agentes. "Não

há dúvidas de que a regra do corte da cadeia de valor se aplica plenamente à AT&T e à Time Warner. Ambas são empresas estrangeiras que, autorizadas a funcionar no Brasil por meio de suas subsidiárias, atuam nos segmentos de telecomunicações (AT&T) e produção e programação de conteúdo audiovisual (Time Warner), respectivamente", diz a entidade na nota.

Ainda segundo a Abert, o Cade já oficiou a Ancine e a Anatel para que opinem a respeito. A associação também manifestou sua posição junto a ministros e aos órgãos reguladores sobre o "claro desrespeito" à Lei do SeAC, "que deverá ser plenamente enfrentado pelo Cade, sob pena de se colocar em risco a livre concorrência, e, conseqüentemente, o consumidor".

Operação

A AT&T confirmou o acordo para compra da Time Warner em outubro do ano passado. O valor da operação foi de US\$ 84,5 bilhões, mas pode chegar a US\$ 108,7 bilhões considerando a dívida do grupo. Com a compra, a AT&T passa a ser indiretamente controladora de canais como HBO, CNN, TNT e Esporte Interativo, além do estúdio de cinema Warner Bros.

Lúcia Berbert, Tela Viva News, 27 de abril de 2017

02/05/2017 - Insituto Telecom

MCTIC libera radiodifusores da apresentação de dados financeiros e técnicos

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações revogou nesta sexta, 28, uma das últimas medidas do governo Dilma Rousseff para o setor de radiodifusão. Trata-se da Portaria 1.383/2016, que exigia dos radiodifusores a entrega de informações cadastrais, técnicas e financeiras. A portaria do então ministro André Figueiredo foi revogada pela Portaria 2.253, publicada nesta sexta, dois dias antes do fim do prazo para a entrega dos dados. A medida foi elogiada pela Abert, associação que representa os radiodifusores.

Na época de sua publicação, a Portaria 1.383/2016 foi muito

criticada pelos radiodifusores, que normalmente não gostam ou não estão estruturados para entregar esse tipo de informação ao ministério. Lembrando que as empresas de telecomunicações e outros setores regulados entregam regularmente seus dados financeiros, cadastrais e técnicos para a Anatel, para o acompanhamento. A decisão do então ministério das Comunicações de solicitar estas informações foi motivada por pedido do Tribunal de Contas da União. Não há informações se o MCTIC está preparando alguma outra medida semelhante.

02/05/2017 - Insituto Telecom

Telebras elege Conselho de Administração

A estatal Telebras aprovou ontem, 26, em assembleia geral de acionistas a eleição de seu novo conselho de administração e mudanças no estatuto da companhia, que alteram os prazos dos mandatos dos executivos.

Foram eleitos André Borges (secretário de telecomunicações do MCTIC), Maximiliano Martinhão (secretário de informática do MCTIC), Antonio Loss (atual presidente da Telebras), Hélio Graciosa (ex-CPqD), como representantes do MCTIC. Renato Vieira, procurador geral da

República, foi indicado pelo Ministério do Planejamento. Lauro Zanol representa os minoritários, Márcio Campello, os preferencialistas, e Luiz Gomes Araújo, os funcionários.

As alterações no estatuto aprovadas ontem ampliam o mandato dos eleitos para dois anos, com possibilidade de até três reconduções. E diminuem o mandato do presidente da empresa de três anos, para dois. Assim, os executivos ficam nas posições até 2019.

Telesintese, 27 de abril de 2017



2 de maio de 2017 - Portal Vermelho

82% dizem que economia piorou com Temer, diz pesquisa do Planalto

De acordo com informações publicadas pelo jornalista Filipe Coutinho, do BuzzFeed, Michel Temer encomendou pesquisa ao Ibope para saber o que os brasileiros pensam sobre o seu governo. O levantamento confirmou o pesadelo do governo: 82% dos brasileiros acreditam que a economia do país piorou ou ficou igual nos últimos seis meses, período que Michel Temer assumiu a presidência da República.

Temer e os golpistas prometeram um Brasil colorido após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. O governo diz que esta cumprindo a sua promessa, mas pelo levantamento do Ibope, os 2.002 homens e mulheres ouvidos pela pesquisa, em domicílios das 27 unidades da federação, de todas as classes sociais, não concordam.

A pesquisa pediu para os entrevistados avaliassem o governo Temer: 45% consideram ruim/péssimo; 37% regular; 13% bom/ótimo; 4% não sabem e 1% não responderam.

Quando o assunto é a reforma da Previdência, os entrevistados também demonstram o seu rechaço. A maioria dos entrevistados (60%) é contra a idade mínima de 65 anos e 80% reprovam a ideia de exigir 49 anos de contribuição para aposentadoria integral.

As visitas ocorreram na primeira semana de fevereiro. O Ibope

entregou o relatório em 3 de março e o Planalto publicou o documento apenas 28 dias depois.

A pesquisa do Ibope não compara, objetivamente, a condução política econômica de Temer com Dilma Rousseff. Mas questiona se, para os entrevistados, houve melhora nos últimos seis meses _ na prática, é similar ao período de Temer no governo.

"Este tipo de pesquisa é comum no governo federal. Mas, para Temer, há um elemento preocupante. Com um mandato tampão e uma grave crise política no PMDB, o presidente tem pressa para conseguir uma melhora na economia e garantir as reformas para, assim, conseguir popularidade e respaldo do mercado", diz a reportagem do BuzzFeed.

A pesquisa mostra que, junto com saúde, a condução da política econômica (71%), o ajuste nas contas (71%) e o combate ao desemprego (80%) são as áreas com os maiores índices de reprovação.

Além disso, os entrevistados estão reticentes com as chances de melhora: 55% acham que o governo terá desempenho igual ou pior nos próximos seis meses.

02/05/2017 - Vermelho

Em alta, desemprego tem que atingir os governantes

Só há uma saída: desempregar Michel Temer, Henrique Meirelles e todos os seus comparsas. Só o povo pode impor a demissão dessa malta.

Na sexta-feira, 28 de abril, o IBGE divulgou novos números sobre o desemprego. São números que mostram que as demissões continuam. Para um diagnóstico da saúde da economia no mercado de trabalho o melhor número para ser analisado é a quantidade de trabalhadores com carteira assinada no setor privado.

Estudos já mostraram que tanto nas desacelerações quanto nas acelerações o tipo de ocupação que decresce mais rapidamente ou cresce mais velozmente é o trabalho com carteira assinada no setor privado.

No primeiro trimestre de 2016, eram 34,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado. No primeiro trimestre de 2017, esse número caiu para 33,4 milhões. Mais grave, dessa queda de 1,2 milhão (34,6 - 33,4 = 1,2), metade, ou seja, 600 mil demissões, ocorreu no primeiro trimestre de 2017. Portanto, parece vidência (não explicada cientificamente) dizer que a economia está em recuperação.

O mercado de trabalho apresentou outros números bastante preocupantes. O número de trabalhadores total, incluindo todas as formas de ocupação (formal, informal, público, privado e por conta própria) está diminuindo. Hoje, está em 88,9 milhões de trabalhadores. No início de 2016, tínhamos quase 2 milhões a mais de trabalhadores empregados. E o número de pessoas desempregadas cresceu porque houve demissões, mas houve também aumento do número de pessoas que passou a procurar emprego. São 14,2 milhões de desempregados. Ao

final do ano passado eram 12,3 milhões.

O número de pessoas que está procurando trabalho está aumentando por dois motivos: (a) quando o desemprego atinge aquele que é chamado de chefe da família, filhos que apenas estudavam passam a procurar emprego e (b) o fim ou o definhamento de programas sociais (tais como, por exemplo, o Fies – financiamento estudantil) empurram jovens para o mercado de trabalho.

O governo está paralisado. Mas há uma saída. O governo teria que fazer um programa emergencial de recuperação do emprego. Há recursos públicos. A questão não é a falta de recursos, mas sim onde alocá-los. Em 2014, o pagamento de juros da dívida pública teve o tamanho de 91% do déficit público - em 2015, 82% e, em 2016, 72%.

Não devemos demonizar os déficits públicos, eles ocorrem devido a uma situação econômica específica. Déficits emergem quando a economia está estagnada (como em 2014) ou em recessão (como em 2015 e 2016) - o motivo inicial é a queda vertiginosa da arrecadação.

O ponto fundamental é que déficits em período de elevação do desemprego deveriam ocorrer também como resultado da aplicação de políticas fiscais de gastos primários para recuperar o emprego - por exemplo, gastos com obras públicas e transferências fiscais aos mais pobres. Os novos empregados nas obras públicas e os beneficiários de programas sociais gastariam tudo o que receberiam. Assim, dariam início à dinamização de toda a economia.

Leia mais em: <http://migre.me/wy4L3>



28/04/2017 - Vermelho

IBGE confirma recrudescimento da crise: desemprego atinge 14,2 milhões

A taxa de desocupação no país continua em alta e o país tem agora 14,2 milhões de desempregados no trimestre encerrado em março, número 14,9% superior ao trimestre imediatamente anterior (outubro, novembro e dezembro de 2016) – o equivalente a 1,8 milhão de pessoas a mais desocupadas.

Desemprego aumenta durante governo ilegítimo de Michel Temer Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada nesta sexta-feira (28), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os resultados do primeiro trimestre. No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil tinha 13 milhões de desempregados.

Segundo o IBGE, a taxa de desocupação fechou março em 13,7% com alta de 1,7 ponto percentual frente ao trimestre outubro/dezembro de 2016, quando o desemprego estava em 12%. Em relação aos 10,9% da taxa de desemprego do trimestre móvel de igual período do ano passado, a alta foi de 2,8 pontos percentuais. Essa foi a maior taxa de desocupação da série histórica, iniciada no primeiro trimestre de em 2012.

Em relação ao primeiro trimestre móvel do ano passado, a alta da taxa de desocupação chegou a 27,8%, o que significa que mais 3,1 milhões de pessoas estão procurando.

População ocupada recua

A população ocupada do país no trimestre móvel encerrado em março ficou em 88,9 milhões de pessoas, recuando tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior (outubro, novembro e dezembro) quanto ao primeiro trimestre móvel do ano passado.

Os números da Pnad Contínua divulgados hoje pelo IBGE indicam ainda que, em relação ao último trimestre de 2016, a queda foi de 1,5%, ou menos 1,3 milhão de pessoas ocupadas, enquanto em relação aos três primeiros meses de 2016 a retração chegou a 1,9%, ou menos 1,7 milhão de pessoas.

Ao fechar o trimestre encerrado em março com uma população ocupada de 88,9 milhões de pessoas, os dados do desemprego registram também outro recorde negativo desde o início da série histórica em 2012. Este é o menor contingente de pessoas ocupadas desde o primeiro trimestre daquele ano, quando a população ocupada era de 88,4 milhões de pessoas.

Este nível de ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) chegou a recuar 53,1% no trimestre de janeiro a março deste ano, com queda de 0,9 ponto percentual, quando comparado ao nível do trimestre imediatamente anterior, de 54%. Em relação ao nível do mesmo trimestre de 2016, quando o nível de ocupação era de 54,7%, houve retração de 1,7 ponto percentual.

02/05/2017 - Carta Capital

Trabalhador rural poderá receber casa e comida no lugar do salário

PL protocolado em novembro na Câmara reduz ainda mais os direitos dos trabalhadores rurais, alterando remuneração e jornada de trabalho

Se o trabalhador urbano enfrenta uma perda de direitos sem precedentes com o avanço da reforma trabalhista no Congresso, o trabalhador rural está ameaçado inclusive na forma de remuneração, que pode passar a ser permitida na forma de comida e habitação, em substituição ao dinheiro.

Um filhote do Projeto de Lei da reforma trabalhista trata especificamente dos direitos dos trabalhadores rurais: são 192 itens que ficaram de fora do texto principal e foram consolidados no PL 6442/2016, que deve começar a ser debatido em uma comissão especial na Câmara nas próximas semanas. Na prática, a CLT (Consolidação das Leis Trabalho) perde a validade para os trabalhadores do campo.

O principal ponto é a possibilidade do trabalhador rural receber "remuneração de qualquer espécie", o que significa que o empregador rural poderá pagar seus empregados com habitação ou comida, e não com salário. A remuneração também poderá ser feita com parte da produção e concessão de terras.

A perda de direitos não para aí, entretanto. O texto prevê ainda

jornadas de até 12 horas e o fim do descanso semanal, uma vez que passa a ser permitido o trabalho contínuo por até 18 dias. Fica permitida, ainda, a venda integral das férias para os trabalhadores que residirem no local de trabalho. Fica permitido também o trabalho em domingos e feriados sem a apresentação de laudos de necessidade.

O texto atinge também a segurança e a saúde dos trabalhadores rurais, uma vez que revoga a Norma Regulamentadora 31, que garante que os empregadores forneçam aos empregados condições salubres para o exercício de suas atividades, de equipamentos de segurança que garantam a integridade física dos trabalhadores ao cumprimento de normas sanitárias para o uso de defensivos agrícolas e fertilizantes.

O texto do PL também reforça pontos já contemplados na reforma trabalhista, como a prevalência do negociado sobre o legislado, a jornada intermitente e a exclusão das horas usadas no itinerário da jornada de trabalho.

Leia mais em: <http://migre.me/wy5j4>

01/05/2017 - CUT

Atos de 1º de Maio ecoam 'Fora Temer' e repúdio a reformas

Em São Paulo, atos e marcha da CUT, CTB e Intersindical reúnem 200 mil pessoas.

Os atos de 1º de Maio tornaram-se manifestações de repúdio ao governo Temer, com mais intensidade no protesto convocado pela CUT, CTB e Intersindical em São Paulo, com presença das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Mesmo com dificuldades com o poder público municipal, os organizadores estimaram em 200 mil o número de participantes, entre a Avenida Paulista, onde o ato começou, e a Rua da Consolação, por onde seguiu uma passeata no final da tarde até chegar à Praça da República, na região central, palco de apresentações musicais, que prosseguiram até a noite.

Sindicalistas e ativistas responderam ao governo Temer, que teve alguns porta-vozes falando em "fracasso" da Greve Geral da última sexta-feira. "Fracasso é o seu Temer, é o golpe que ele deu e já está indo por água abaixo", reagiu o coordenador da Frente Povo Sem Medo e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos. "Com mais de 90% de rejeição, (o governo) quer aprovar reformas infames."

Durante a manifestação, ele afirmou que a greve de sexta tem três presos políticos, acusados de agir contra a ordem pública. "Foram presos com acusações absurdas, sem nenhuma prova. Ordem pública é o povo com casa, é trabalhador com direito. Nós é que defendemos ordem pública", disse Boulos. Em referência a uma das acusações contra os militantes – provocar incêndio –, ele respondeu: "Se acham que vão nos intimidar, estão enganados. Agora é que vão ver o que é incêndio".

A presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, condenou a violência policial e citou a agressão ao estudante ante Mateus Ferreira da Silva, da Universidade Federal de Goiás (UFG), integrante do Centro Acadêmico, sexta-feira, em Goiânia. "Ele foi barbaramente espancado e gravemente ferido", lembrou Carina. "Nós lutamos pelo futuro do Mateus e pelo direito de lutar." E a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira, destacou, além desses dois episódios, a invasão ocorrida à sede da entidade, na noite de sexta.

Defensor do impeachment de Dilma Rousseff, o deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical e do Solidariedade, também falou em novas paralisações contra as reformas. "Se o governo não entendeu, vai ter mais", afirmou durante a festa da central, na praça Campo de Bagatelle, zona norte da capital paulista. O ato da CSB, no Sambódromo, também na região norte, teve mais críticas ao presidente Temer. "Essa reforma trabalhista vai acabar com os direitos históricos dos trabalhadores, com a Justiça do Trabalho e com o Ministério Público", disse o presidente da central, Antonio Neto. A entidade estimou em 50 mil o número de presentes. Já a Força falou em 700 mil.

Vagner Freitas, presidente da CUT, na Avenida Paulista, ao lado de Douglas Izzo, presidente da CUT-SP

O ato de CUT, CTB e Intersindical ocorreu em clima tranquilo, mas teve alguns incidentes. Pela manhã, os sindicalistas não puderam estacionar o carro de som diante do vão livre do Masp, como previsto. Tiveram de parar alguns quarteirões adiante, na esquina da Paulista com a Rua Haddock Lobo, perto de um prédio residencial, o que provocou reclamações dos moradores. "Eu disse ao síndico que isso é culpa do Doria (o prefeito João Doria, do PSDB), não é culpa nossa", afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas. Durante a manifestação, o prefeito foi

várias vezes "lembrado" nos discursos.

Outro incidente ocorreu já na passeata pela Rua da Consolação, após os manifestantes deixarem a Paulista, rumo à Praça da República. No início do percurso, a Polícia Militar impediu o acesso de um caminhão de som. Sindicalistas tentaram negociar, chegaram a anunciar um acordo, mas depois informaram que a PM "confiscou" as chaves do veículo, que permaneceu parado, enquanto a marcha continuou. Mais adiante, uma senhora em um prédio provocou manifestantes com um "pixuleco" do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e foi vaiada. Por outro lado, crianças em uma ocupação gritavam "queremos moradia" e "Fora Temer".



Mídia

Vagner destacou a importância do movimento de sexta-feira contra as reformas e o papel da imprensa. "A Greve Geral foi pauta no mundo inteiro, em toda a mídia mundial. E a mídia golpista escondeu. Precisamos imediatamente voltar a ter democracia no Brasil e fazer o marco regulatório dos meios de comunicação. Acho que a Greve Geral foi a gota d'água."

Segundo ele, a paralisação mostrou apoio popular e reprovação da sociedade contra as "reformas" da Previdência e trabalhista. "Estamos na ofensiva e temos de continuar. Vamos ocupar Brasília integralmente e não permitir que haja votação de retirada de direitos." Na próxima quinta-feira, representantes de todas as centrais e de movimentos sociais vão se reunir para discutir os próximos passos. Mas amanhã uma comitiva de sindicalistas vai a Brasília conversar com o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e com a bancada do partido, para articular a resistência na Casa, para onde seguiu o substitutivo de mudança da legislação trabalhista.

Os discursos também defenderam a antecipação das eleições gerais de 2018 para este ano. "Nada funciona no Brasil porque não há credibilidade", disse o presidente da CUT.

O vice do PCdoB, Walter Sorretino, propôs a formação de uma "grande frente ampla para defender a democracia". "Esse governo usurpador colocou o país num grande impasse", afirmou. "Além de retirar direitos, o governo golpista vem aumentando a repressão contra os movimentos sociais", acrescentou o presidente nacional do PT, Rui Falcão, também a favor a antecipação das eleições. "Em vez da PEC da Previdência, queremos a PEC das diretas." Também usaram o palco representantes do Psol, PCO e PCR. Entre os políticos presentes, estavam os deputados federais Arlindo Chinaglia, Carlos Zarattini (ambos do PT-SP) e Ivan Valente (Psol-SP), além do vereador paulistano e ex-senador Eduardo Suplicy (PT).

Já na República, os shows começaram com a apresentação do grupo As Bahias e A Cozinha Mineira. "Todos juntos contra a reforma da Previdência", afirmaram, também com homenagens ao cantor e compositor Belchior, que morreu neste final de semana. Depois iriam se apresentar Leci Brandão, MC Guimê e Emicida.